

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Direito de uso e passivos de arrendamento

A Companhia e suas controladas mantêm direitos de uso e passivos de arrendamento relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos de torres, *rooftops*, estruturas *indoor* e *outdoor* (DAS) e *small cells*. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos registrados de direitos de uso e passivo de arrendamento mercantil eram de R\$269.839.577 na controladora e R\$261.383.238 no consolidado e R\$294.605.067 na controladora e R\$286.576.576 no consolidado respectivamente, ambos divulgados na nota explicativa 8.

O pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil é utilizado como base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento. A determinação das premissas usadas na mensuração do direito de uso de um ativo e do passivo de arrendamento envolve julgamento relevante, especialmente com relação ao prazo de arrendamento, à taxa de empréstimo incremental de cada contrato de arrendamento (incluindo consideração de risco da indústria, do país e de crédito) e estimativa de vida útil, incluindo as opções de renovações. Devido ao julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de contrato e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Entendimento do processo de mensuração dos ativos de direito de uso e passivo de arrendamento;
- Avaliação da razoabilidade das premissas, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia com os dados obtidos externamente, estimativa da taxa de empréstimo incremental e análise de sensibilidade sobre as premissas mais significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas;
- Avaliação, com base em uma amostra de contratos, da determinação do prazo de arrendamento e dos valores considerados na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento determinados pela Companhia, incluindo análise das cláusulas de renovação em função dos fatos e circunstâncias relevantes que pudessem criar incentivos econômicos para o seu exercício;
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes requeridas pela norma e suas diversas interpretações.

Como resultado desses procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de atualização das taxas utilizadas no cálculo do arrendamento, sendo este ajuste registrado pela administração tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o direito de uso e passivos de arrendamento da Companhia e suas controladas, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que os critérios adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 27 de março de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Murilo Teixeira Coelho Morgante
Contador CRC-1SP280120/O-7

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	4	34.385.892	15.779.519	36.355.288	28.311.175
Contas a receber	5	15.747.657	12.680.568	23.620.681	17.162.818
Partes relacionadas	17	118.271	-	118.271	-
Impostos e contribuições a recuperar		456.612	459.076	1.181.229	1.141.334
Despesas antecipadas		99.788	48.085	169.594	74.526
Adiantamentos a fornecedores		1.323.261	1.068.958	4.055.014	4.725.365
Outros ativos		118.107	73.321	132.218	136.337
Total do ativo circulante	2.2	52.249.588	30.109.527	65.632.296	51.551.556
Não circulante					
Contas a receber	5	308.129	293.404	308.129	293.404
Partes relacionadas	17	546.385	412.311	-	-
Receitas a faturar	5 e 6	13.184.625	10.959.243	24.358.498	18.307.704
Outros ativos não circulantes		-	1.880.833	521	1.881.354
Ativo imobilizado	7	385.497.407	372.937.516	608.779.089	535.923.991
Ativos de direito de uso	8	269.839.577	256.586.547	261.383.238	262.441.757
Investimento em empresas controladas	9	199.014.287	141.990.757	-	-
Total do ativo não circulante		868.390.411	785.060.611	894.829.474	818.848.210
Total do ativo		920.639.998	815.170.138	960.461.770	870.399.766

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	10	8.752.657	9.950.471	13.442.217	13.163.100
Provisões	11	6.274.218	7.757.950	7.779.969	9.420.775
Partes relacionadas	17	33.302	9.491	33.302	9.491
Obrigações trabalhistas	12	6.011.379	5.322.512	9.640.386	7.926.350
Debêntures	14	3.885.530	-	3.885.530	-
Passivos de arrendamento	8	49.796.553	44.965.067	51.809.080	47.300.116
Impostos a pagar	13	958.685	877.896	2.442.741	1.542.924
Outros passivos		10.550	14.945	195.880	80.478
Total do passivo circulante	2.2	75.722.873	68.898.332	89.229.105	79.443.234
Não circulante					
Debêntures	14	306.956.849	220.000.000	306.956.849	220.000.000
Passivos de arrendamento	8	244.808.515	223.952.710	234.747.496	227.689.961
Provisão para desmobilização	15	25.916.655	6.790.521	29.396.019	8.119.797
Partes relacionadas	16	26.495.827	35.375.815	63.279.591	76.731.283
Total do passivo não circulante		604.177.846	486.119.046	634.399.955	532.541.042
Patrimônio líquido					
Capital social integralizado	18	355.212.000	355.212.000	355.212.000	355.212.000
Capital social a integralizar		(20.316.569)	(20.316.569)	(20.316.569)	(20.316.569)
Lucros (prejuízos) acumulados		(94.156.152)	(74.742.670)	(94.156.152)	(74.742.670)
		240.739.279	260.152.761	240.739.279	260.152.761
Capital social integralizado				24.010	-
Capital social a integralizar				-	(24.990)
Lucros (prejuízos) acumulados				(3.930.579)	(1.712.281)
Participação dos não controladores		-	-	(3.906.569)	(1.737.271)
Total do patrimônio líquido		240.739.279	260.152.761	236.832.710	258.415.490
Total do passivo e patrimônio líquido		920.639.998	815.170.138	960.461.770	870.399.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	19	123.664.902	109.269.365	162.820.757	114.378.082
Custos com depreciação e amortização		(60.410.338)	(49.726.632)	(71.997.084)	(49.422.371)
Custos de operação	20	(5.272.678)	(5.332.187)	(7.426.851)	(5.599.160)
Custos de operação		(65.683.015)	(55.058.819)	(79.423.936)	(55.021.531)
Lucro bruto		57.981.886	54.210.546	83.396.822	59.356.551
Participação nos lucros/prejuízos de controlada	9	2.733.530	2.861.322	-	-
<i>Impairment</i> em participações de controlada	9	-	(25.562.817)	-	(25.562.817)
Perdas com baixas de ativos fixos		(1.139.432)	(1.807.611)	(1.533.051)	(1.950.390)
Despesas gerais e administrativas	20	(26.157.680)	(28.689.843)	(44.256.900)	(33.326.501)
Lucro operacional		36.418.305	1.011.596	37.606.870	(1.483.157)
Receitas (despesas) financeiras					
Outras receitas (despesas) operacionais		91.606	29.285	91.606	23.672
Receitas financeiras	23	1.381.764	440.251	2.584.937	545.903
Despesas financeiras	23	(57.305.157)	(46.756.414)	(58.961.995)	(44.167.364)
Despesas financeiras, líquidas		(55.831.787)	(46.286.879)	(56.285.453)	(43.597.790)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(19.413.482)	(45.275.282)	(18.678.582)	(45.080.947)
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(2.953.198)	603.611
Prejuízo do exercício		(19.413.482)	(45.275.282)	(21.631.780)	(45.684.558)
Total controladora				(19.413.482)	(45.275.282)
Total não controladora				(2.218.298)	(409.276)
				(21.631.780)	(45.684.558)
Quantidade de quotas:		29.601	29.601	29.601	29.601
Prejuízo básico e diluído por quota		(656)	(1.530)	(731)	(1.543)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do exercício	(19.413.482)	(45.275.282)	(21.631.780)	(45.684.558)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(19.413.482)	(45.275.282)	(21.631.780)	(45.684.558)
Atribuível a				
Controladora			(19.413.482)	(45.275.282)
Participação de não controladores			(2.218.298)	(409.276)
			(21.631.780)	(45.684.558)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais - R\$)

	Atribuível aos acionistas da Controladora					
	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos sócios da Controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018	355.212.000	(51.158.339)	(29.467.388)	274.586.273	-	274.586.273
Capital integralizado	-	30.841.770	-	30.841.770	-	30.841.770
Aquisição subsidiárias	-	-	-	-	(1.327.995)	(1.327.995)
Prejuízo do exercício	-	-	(45.275.282)	(45.275.282)	(409.276)	(45.684.558)
Em 31 de dezembro de 2019	355.212.000	(20.316.569)	(74.742.670)	260.152.761	(1.737.271)	258.415.490
Capital integralizado	-	-	-	-	49.000	49.000
Prejuízo do exercício	-	-	(19.413.482)	(19.413.482)	(2.218.298)	(21.631.780)
Em 31 de dezembro de 2020	355.212.000	(20.316.569)	(94.156.152)	240.739.279	(3.906.569)	236.832.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(19.413.482)	(45.275.282)	(18.678.582)	(45.080.947)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	7 e 8	61.093.178	50.294.058	71.891.361	52.914.252
Créditos de liquidação duvidosa		(29.000)	(9.132)	31.110	(9.132)
Perda na alienação de ativos		1.139.432	1.807.611	1.533.051	1.950.390
Despesa cumulativa - ARO	15	19.126.134	1.458.351	21.276.221	1.881.731
Participação nos lucros da Controlada	9	(5.733.530)	(2.861.322)	-	-
Impairment em participações das controladas	9	-	25.562.817	-	25.562.817
Alterações nos ativos e passivos operacionais					
Diminuição (aumento) no ativo:					
Contas a receber de clientes		(3.038.089)	(603.390)	(6.488.973)	(1.450.899)
Impostos a recuperar		2.463	(306.889)	(39.895)	(871.083)
Partes relacionadas		(118.271)	37.427	(118.271)	37.427
Receitas a faturar		(2.225.383)	(3.396.654)	(6.050.794)	(3.931.881)
Outros ativos		1.381.243	(119.346)	2.445.510	(4.631.478)
Aumento (diminuição) no passivo:					
Contas a pagar e provisões		13.195.305	12.477.194	14.515.163	11.615.388
Salários e relacionados a pagar		712.678	90.054	1.737.847	(95.937)
Outros passivos		2.941.289	649.065	4.929.089	749.190
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
		69.033.968	39.804.562	86.982.839	38.639.839
Juros pagos					
Juros pagos arrendamento mercantil		(15.876.852)	(13.012.287)	(15.876.852)	(15.212.853)
Impostos pagos		12.434.262	(10.845.460)	12.645.019	(12.814.341)
		-	-	(2.953.198)	(603.611)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais					
		(3.442.591)	(23.857.747)	(6.185.031)	(28.630.806)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido		-	-	-	13.693.256
Investimento no imobilizado	7	(77.657.395)	(53.438.562)	(150.193.382)	(75.679.038)
Investimento em empresa controlada	9	(51.290.000)	(117.729.864)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos					
		(128.947.395)	(171.168.426)	(150.193.382)	(61.985.781)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:					
Empréstimos e financiamentos obtidos - <i>intercompany</i>	16	(8.879.988)	3.117.254	(13.451.692)	4.968.288
Empréstimos e financiamentos obtidos - local	14	90.842.379	145.714.391	90.842.379	53.064.100
Integralização de capital social		-	-	49.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos					
		81.962.391	148.831.645	77.439.687	58.032.388
Aumento de caixa e equivalentes de caixa					
		18.606.373	(6.389.966)	8.044.114	6.055.641
Caixa e equivalentes de caixa, início do exercício					
		15.779.519	22.169.485	28.311.175	22.255.534
Caixa e equivalentes de caixa, final do exercício					
		34.385.892	15.779.519	36.355.288	28.311.175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

1. Contexto operacional

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. (“QMC Telecom” ou “Companhia”) foi constituída em 17 de maio de 2011. A Companhia desenvolve, adquire, opera e gerencia macro sites, *roof tops* e *small cells* no Brasil e tem como principal acionista QMC Telecom Brazil, L.P.

Durante o exercício de 2013, a Companhia investiu em uma nova empresa, Paraná Terras Ltda, que é 99,99% controlada pela mesma. A principal atividade da Paraná Terras Ltda é de compra e venda ou arrendamento de imóveis, bem como a locação dos mesmos à terceiros.

No final de outubro de 2019, a sócia QMC Telecom Brazil, L.P. cedeu e transferiu 2.570 quotas de sua titularidade para a QMC DAS Brazil, L.P., que ingressou assim na sociedade assumindo todos os direitos e obrigações constantes no Contrato Social. Por sua vez, a QMC DAS Brazil, L.P. integralizou as 2.570 quotas em bens, mediante a contribuição das 3.084.177 quotas que detém do capital social da QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda., que foi constituída em 11 de março de 2014, tendo como objeto o desenvolvimento, aquisição, operação e gerenciamento de infraestruturas e sistemas de antenas distribuídas *indoor* e *outdoor* para telecomunicações no Brasil. Com esta transação, a QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. passa a ter 99,99% das quotas da empresa QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda.

Além disso, por conta desta cessão e transferência com posterior contribuição de quotas da empresa QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda., a QMC Telecom do Brasil passa a ter participação de 51% em uma empresa controlada pela QMC DAS citada anteriormente denominada QUEST Telecomunicações do Brasil Ltda., que tem por objeto explorar serviços de comunicação multimídia prestados no âmbito nacional e internacional e prestação de serviços de acesso à internet. Os demais 49% desta empresa pertencem à QMC DAS Brazil, L.P.

Considerando as transações acima descritas, passamos a chamar a Companhia e suas controladas de “Grupo”.

Também em outubro de 2019 ocorreu a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade limitada para sociedade anônima, que passará a ser regulada pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Desta maneira, ocorreu então a alteração da denominação social da Sociedade para QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A.

Durante os primeiros meses de 2020, o Coronavírus (COVID-19) se espalhou por todo o mundo, criando incertezas e interrupções no comércio internacional, o que poderia causar uma desaceleração econômica global e afetar adversamente várias indústrias.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

1. Contexto operacional--Continuação

Nosso comitê executivo e conselho de administração continuam avaliando e comunicando qualquer tipo de mudança que tenhamos para seus funcionários e toda a sua rede de negócios.

Atualmente, a QMC continua a operar normalmente e sem afetar a saúde e segurança de nossos funcionários e os possíveis impactos estão sendo avaliados diariamente pela administração para tomar todas as medidas apropriadas com o intuito de minimizar os efeitos negativos que podem surgir dessa situação durante os anos de 2020 e 2021.

Os impactos dessa situação não afetaram materialmente as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Base de consolidação a partir de 1º de janeiro de 2020

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Nome	Principal atividade	País-sede	% participação	
			2020	2019
Paraná Terras Ltda.	Compra e venda ou arrendamento de imóveis, bem como a locação dos mesmos a terceiros.	Brasil	99,99%	99,99%
QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda.	Desenvolvimento, aquisição, operação e gerenciamento de infraestruturas e sistemas de antenas distribuídas indoor e outdoor para telecomunicações.	Brasil	99,99%	99,99%
Quest Telecomunicações Ltda.	Exploração de serviços de comunicação multimídia prestados no âmbito nacional e internacional e prestação de serviços de acesso à internet.	Brasil	99,84% (*)	51,00%

(*) Quest Telecomunicações é controlada pela QMC DAS do Brasil, que por sua vez é controlada pela QMC Telecom do Brasil. Por isso, o Grupo considera a empresa Quest em sua consolidação de Grupo.

2.2. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

b) Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo podem o expor a alguns riscos financeiros, tais como risco de crédito e risco de liquidez:

- (i) O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Com relação ao Contas a receber de clientes e ativos de contratos, o Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. A demonstração destas perdas está na Nota Explicativa 5.

- (ii) Sob o aspecto do risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que as empresas do Grupo não receberão todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de infraestrutura para telefonia celular no curso normal das atividades do Grupo de um número relativamente pequeno de inquilinos no setor de telecomunicações. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São também registradas líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionados com perdas estimadas resultantes do não recebimento dos valores pelo pagamento dos clientes. Estas provisões são geralmente estimadas com base em padrões de pagamento, vencimentos das faturas e pagamentos recebidos históricos e incorporam mudanças nas condições econômicas que podem não ser refletidas nos montantes históricos, tais como clientes em falência, liquidação ou reorganização. Recebíveis são baixados contra perdas quando eles são identificados como incobráveis. Tal determinação inclui análise e consideração das condições particulares de cada conta.

2.7. Receitas a faturar

As receitas a faturar do Grupo estão associados com locações de inquilinos não canceláveis que contêm cláusulas de escalonamento fixo sobre os termos do contrato de locação aplicável, em que a receita é reconhecida pelo método linear durante o prazo da locação.

2.8. Ativo imobilizado

Torres, *rooftops*, DAS e *small cells* são registrados ao custo de aquisição acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido das depreciações acumuladas. Estes equipamentos têm sua vida útil revisada anualmente. A depreciação dos bens é calculada usando o método linear considerando os seus respectivos valores residuais, durante a vida útil estimada, conforme a seguir:

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo imobilizado--Continuação

	<u>Anos</u>
Torres e <i>rooftops</i>	13 a 25
DAS	duração do contrato
<i>Small Cells</i>	duração do contrato
Computadores e periféricos	5
Equipamentos de comunicação	5
Veículos	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	duração do contrato

Assim como a vida útil, os valores residuais dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, anualmente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

2.9. Ativo intangível

São compostos por direito de superfície da controlada Paraná Terras e direito de exploração de site. Tais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo de contrato assinado entre QMC/Paraná Terras e a proprietária do espaço.

Outra modalidade de intangível que o Grupo possui são os direitos de implantação e exploração de sistemas de cobertura indoor em Shoppings, Hospitais e instituições de ensino no Brasil. Tais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo de contrato assinado entre QMC e a proprietária do espaço, de acordo com a entrega de cada sistema/empreendimento.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio, caso existam, serão realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Impairment de ativos não financeiros--Continuação

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.11. Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12. Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos, pois não é possível a identificação exata da parcela que poderia ser diretamente atribuída à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos.

2.13. Provisão para custos de desativação ou desmobilização

A provisão é constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e roof tops instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, para desmobilização do ativo.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Provisões

As provisões são constituídas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira.

2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.16. Reconhecimento da receita

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Reconhecimento da receita--Continuação

A receita é reconhecida quando o serviço/aluguel é prestado. A receita da Companhia de arrendamento mercantil, incluindo cláusulas de inflação fixas presentes em contratos de arrendamento, é reportada linearmente ao longo do prazo dos contratos de arrendamento quando a receita é razoavelmente assegurada. As cláusulas de escalabilidade ligadas a índices baseados na inflação e outros incentivos presentes em contratos de arrendamento com os clientes do Grupo são excluídos do cálculo linear.

Com relação a receita de aluguel de terreno/espço será constituída após o pagamento pela QMC ao proprietário do mesmo, isto é, ocorre primeiro o pagamento do custo para depois a Companhia reconhecer a receita deste reembolso.

2.17. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo de contrato de cada arrendamento.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Arrendamentos--Continuação

Ativos de direito de uso--Continuação

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Arrendamentos--Continuação

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Grupo como arrendador

Arrendamentos para os quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento--Continuação

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de Seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu o CPC 50 - Contratos de Seguro

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

CPC 26, que especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário)

O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

O Grupo não possui muitos contratos de arrendamento (como arrendatário) que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Historicamente, o Grupo tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, que são basicamente referentes ao escritório (administrativo), impressoras e máquinas de café. E, por serem contratos de valores não significativos, administrativos e de período não tão longos, a administração decidiu pela não aplicação da norma CPC 06 (R2) Arrendamento Mercantil para estes casos.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão é baseada no envelhecimento da carteira de contas a receber vencida, que agrupa e soma todas as contas pendentes por idade e se aplicam percentuais especificados abaixo. O resultado obtido desta primeira análise representará o valor inicial estimado não recuperável para a provisão. Este valor total será ajustado posteriormente de acordo com características específicas de cada um de nossos clientes.

A base de cálculo inicial está de acordo com a base do nosso mercado de atuação, e os percentuais são:

<u>Quantidade de dias vencidos</u>	<u>Porcentual a aplicar</u>
0-30 dias	Não considerado para cálculo da PCLD
31-60 dias	Porcentual incobrável 2%
61-90 dias	Porcentual incobrável 14%
91-120 dias	Porcentual incobrável 25%
Mais de 120 dias	Porcentual incobrável 40%

Sobre o resultado apurado com base no quadro acima, vamos também aplicar um delta que será calculado por cliente. Este delta é um ajuste porcentual no total do resultado por envelhecimento de carteira para cada cliente, baseado na relação comercial, compromisso de negócios futuros, contratos, posição financeira do cliente e a disponibilidade de o cliente realizar o pagamento do compromisso.

<u>Análise de:</u>	<u>%</u>
Relevância	0% - 20%
Pipeline	0% - 20%
Saúde financeira	0% - 20%
Disposição para discutir sobre a dívida	0% - 20%

A atualização dessas taxas de perda é realizada anualmente, com a finalidade de identificar em cada período possíveis variações que tenham impacto relevante.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para desmobilização

O Grupo efetua o cálculo da estimativa para amortização da provisão de desmobilização tendo como base os estudos realizados por seus engenheiros e especialistas, que levam em consideração dados da indústria e estimativas do período de desmobilização das torres, roof tops e sistemas DAS.

O período considerado para a amortização é a do contrato de arrendamento, e não é considerado nenhum período de renovação por não termos 100% de certeza que o contrato realmente será renovado.

Baixa de imobilizado em andamento

O Grupo efetua a análise mensal de seu imobilizado em andamento observando o estágio de cada projeto. A política para análise da elegibilidade de baixa para perda inclui uma análise pelas diretorias Comercial e Operações. Consideram o estágio para definir se o projeto deverá ou não ser baixado como perda.

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de galpões e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação do prazo de arrendamento--Continuação

A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios e outros equipamentos não foi incluída no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixas e bancos	2.560.501	1.699	2.571.318	7.288
Aplicações financeiras	31.825.390	15.777.819	33.783.971	28.303.887
	34.385.892	15.779.519	36.355.288	28.311.175

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa, por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB) que oferecem uma rentabilidade que aumenta conforme o prazo de permanência dos recursos aplicados. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP), com vencimento menor que 90 dias, e são remunerados a uma taxa de 97% do CDI.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber circulante	17.832.023	14.793.934	25.769.318	19.280.345
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.084.366)	(2.113.367)	(2.148.637)	(2.117.527)
Contas a receber circulante	15.747.657	12.680.568	23.620.681	17.162.818
Receitas a faturar	13.184.625	10.959.243	24.358.498	18.307.704
Depósito garantia	308.129	293.404	308.129	293.404
Contas a receber não circulante	13.492.754	11.252.646	24.666.626	18.601.108

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

5. Contas a receber--Continuação

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e não incluem receitas a faturar e depósito em garantia:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Títulos a vencer	12.705.614	10.365.622	18.151.222	13.799.191
Títulos vencidos até 30 dias	2.266.042	1.573.958	3.152.488	1.858.448
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	370.508	441.741	1.005.599	552.813
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	169.397	220.174	400.533	264.439
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	165.243	88.787	294.000	253.118
Títulos vencidos de 121 a 150 dias	8.425	30.481	248.213	128.087
Títulos vencidos de 151 a 180 dias	4.663	-	62.728	346.917
Títulos vencidos a mais de 181 dias	2.142.130	2.073.171	2.454.534	2.077.331
	17.832.023	14.793.934	25.769.318	19.280.345

A política de provisão para crédito de liquidação duvidosa consiste na provisão de títulos vencidos há mais de 30 dias conforme estimativa e regras explicadas anteriormente no Item 3 Estimativas e Premissas. São estimadas com base em padrões de pagamento, vencimentos das faturas e pagamentos recebidos históricos e incorporam mudanças nas condições econômicas que podem não ser refletidas nos montantes históricos, tais como clientes em falência, liquidação ou reorganização.

A movimentação do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(2.113.367)	(2.122.499)	(2.117.527)	(2.122.499)
Adições	(95.010)	(53.630)	(168.011)	(74.935)
Baixas	124.010	62.762	136.901	79.907
Saldo final	(2.084.366)	(2.113.367)	(2.148.637)	(2.117.527)

6. Receitas a faturar

O Grupo possui contratos de longo prazo assinados com os seus clientes, onde em alguns casos há cláusulas de período de carência (desconto). Esta carência está descrita em cada contrato, e cada um possui um período e percentuais definidos.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

6. Receitas a faturar--Continuação

Por se tratarem de contratos de aluguel de longo prazo, o reconhecimento da receita até 2018 seguiram os preceitos descritos no CPC 06 (R1) - Operação de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, isto é, o Grupo reconheceu a receita de forma linear com base na duração dos contratos que possuem a cláusula do período de carência. A partir de 2019, seguiu-se os preceitos descritos no CPC 06 (R2) - Arrendamentos, isto é, o Grupo reconheceu a receita de forma linear com base na duração dos contratos que possuem a cláusula do período de carência.

O valor das Receitas a faturar está ilustrada no quadro demonstrativo da Nota 8 - Contas a receber.

7. Ativo imobilizado e intangível

	Depreciação/ amortização taxa anual	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Torres	(a)	500.309.911	451.147.261	500.309.911	451.147.261
Small Cells	(a)	116.039	116.039	1.994.864	577.504
DAS	(a)	-	-	112.165.463	91.787.954
Benfeitorias em propr. Terceiros	(a)	676.909	676.909	676.909	676.909
Móveis e utensílios	10%	639.919	637.743	647.705	645.529
Equipamentos de informática	20%	1.055.880	964.096	1.282.357	1.077.597
Veículos	20%	817.000	969.352	817.000	969.352
Outros ativos	10%	61.651	60.117	875.247	872.194
Software	20%	1.090.097	970.493	1.625.160	1.475.987
Intangível	(d)	40.000	40.000	2.393.700	1.003.700
		504.807.406	455.582.008	622.788.316	550.233.987
(-) Depreciação/amortização acumulada		(144.746.496)	(107.337.889)	(171.870.718)	(123.033.390)
Total		360.060.909	348.244.119	450.917.598	427.200.596
Imobilizado em andamento	(c)	25.277.788	24.534.687	94.270.471	65.134.554
Terrenos		158.711	158.711	31.866.747	26.915.094
Direito de superfície	(b)	-	-	32.725.900	17.117.214
(-) Amortização acum. direito sup.		-	-	-1.001.627	(443.468)
		385.497.407	372.937.516	608.779.089	535.923.991

- (a) Os materiais das Torres e sistemas DAS que podem ser reutilizados são depreciados em 300 meses (25 anos). Todos os outros equipamentos são depreciados conforme cada contrato de locação.
- (b) O Direito de Superfície é uma concessão atribuída pelo proprietário do terreno a terceiros, para construção e utilização durante certo tempo, salvo para realização de obra no subsolo a não ser que inerente ao objeto da concessão, mediante pagamento de valor fixo à vista. São amortizados de acordo com o período de cada contrato.
- (c) O imobilizado em andamento refere-se a materiais e serviços que serão utilizados na construção de novos sites (torres/small cells/DAS operacionais).
- (d) Os intangíveis relacionados às torres são amortizados de acordo com o período de contrato de aluguel. Quando analisamos o Consolidado, temos o direito de implantação e exploração de sistemas de cobertura indoor e outdoor (DAS), que são amortizados de acordo com o prazo de contrato assinado entre QMC e proprietária do espaço.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro 2020

(Em reais - R\$)

7. Ativo imobilizado e intangível--Continuação

	Controladora										
	Torres Small Cells DAS	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Hardware	Veículos	Outros ativos	Software	Terrenos e direito de superfície	Intangível	Imobilizado em andamento	Total
Custo											
Em 1º de janeiro de 2019	406.415.927	676.909	520.395	702.670	498.552	47.950	520.982	158.711	40.000	19.312.993	428.895.089
Adições	973.090	-	117.347	273.642	603.800	12.167	449.511	-	-	51.031.505	53.461.062
Transferências	44.367.801	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.367.801)	-
Baixas	(493.519)	-	-	(12.217)	(133.000)	-	-	-	-	(1.442.010)	(2.080.745)
Em 31 de dezembro de 2019	451.263.299	676.909	637.743	964.096	969.352	60.117	970.493	158.711	40.000	24.534.687	480.275.406
Adições	18.176.526	-	2.176	91.784	4.200	1.534	119.604	-	-	32.886.898	51.282.722
Transferências	30.986.125	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.986.125)	-
Baixas	-	-	-	-	(156.552)	-	-	-	-	(1.157.672)	(1.314.224)
Em 31 de dezembro de 2020	500.425.950	676.909	639.919	1.055.880	817.000	61.651	1.090.097	158.711	40.000	25.277.787	530.243.904
Depreciação e amortização acumulados											
Em 1º de janeiro de 2019	(76.201.321)	(436.068)	(163.937)	(305.035)	(388.939)	(11.913)	(368.108)	-	(4.235)	-	(77.879.556)
Depreciação/amortização anual	(29.138.718)	(103.218)	(60.517)	(134.565)	(59.722)	(5.663)	(203.742)	-	(2.824)	-	(29.708.968)
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	107.752	-	-	9.882	133.000	-	-	-	-	-	250.634
Em 31 de dezembro de 2019	(105.232.287)	(539.285)	(224.455)	(429.717)	(315.661)	(17.576)	(571.850)	-	(7.059)	-	(107.337.889)
Depreciação/amortização anual	(36.829.920)	(103.218)	(63.901)	(157.655)	(129.358)	(6.139)	(222.570)	-	(2.824)	-	(37.515.584)
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	-	-	-	-	106.977	-	-	-	-	-	106.977
Em 31 de dezembro de 2020	(142.062.208)	(642.503)	(288.356)	(587.372)	(338.042)	(23.715)	(794.419)	-	(9.882)	-	(144.746.496)
Valor contábil											
Em 31 de dezembro de 2019	346.031.012	137.624	413.288	534.379	653.691	42.541	398.643	158.711	32.941	24.534.687	372.937.516
Em 31 de dezembro de 2020	358.363.742	34.406	351.563	468.508	478.958	37.936	295.678	158.711	30.118	25.277.787	385.497.407

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro 2020

(Em reais - R\$)

7. Ativo imobilizado e intangível--Continuação

	Consolidado										
	Torres Small Cells DAS	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Hardware	Veículos	Outros ativos	Software	Terrenos e direito de superfície	Intangível	Imobilizado em andamento	Total
Custo											
Em 1º de janeiro de 2019	406.415.927	676.909	520.395	702.670	498.552	47.950	520.982	29.031.440	40.000	20.101.638	458.556.463
Adições	1.390.714	-	117.347	278.028	603.800	122.379	449.511	7.523.851	-	65.215.907	75.701.537
Adições por transação entre empresas	82.429.926	-	7.787	109.115	-	701.864	505.494	-	963.700	42.648.487	127.366.373
Transferências	53.769.671	-	-	-	-	-	-	7.477.017	-	(61.246.688)	-
Baixas	(493.519)	-	-	(12.217)	(133.000)	-	-	-	-	(1.584.789)	(2.223.525)
Em 31 de dezembro de 2019	543.512.719	676.909	645.529	1.077.597	969.352	872.194	1.475.987	44.032.308	1.003.700	65.134.554	659.400.849
Adições	20.146.676	-	2.176	204.760	4.200	3.053	149.173	11.413.330	1.390.000	90.645.061	123.958.429
Adições por transação entre empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	50.810.843	-	-	-	-	-	-	9.147.009	-	(59.957.852)	-
Baixas	-	-	-	-	(156.552)	-	-	-	-	(1.551.291)	(1.707.843)
Em 31 de dezembro de 2020	614.470.239	676.909	647.705	1.282.357	817.000	875.247	1.625.160	64.592.647	2.393.700	94.270.471	781.651.435
Depreciação e amortização acumulados											
Em 1º de janeiro de 2019	(76.201.321)	(436.068)	(163.937)	(305.035)	(388.939)	(11.913)	(368.108)	(150.250)	(4.235)	-	(78.029.806)
Depreciação/amortização anual	(30.769.097)	(103.218)	(60.647)	(138.202)	(59.722)	(18.279)	(255.417)	(293.218)	(18.600)	-	(31.716.399)
Depreciação/amortização acumulada adicionada por transação entre empresas	(13.397.377)	-	(260)	(24.857)	-	(116.886)	(287.378)	-	(154.529)	-	(13.981.287)
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	107.752	-	-	9.882	133.000	-	-	-	-	-	250.634
Em 31 de dezembro de 2019	(120.260.044)	(539.285)	(224.844)	(458.211)	(315.661)	(147.078)	(910.902)	(443.468)	(177.365)	-	(123.476.858)
Depreciação/amortização anual	(47.899.788)	(103.218)	(64.680)	(182.838)	(129.358)	(87.486)	(324.791)	(558.159)	(152.147)	-	(49.502.464)
Depreciação/amortização acumulada adicionada por transação entre empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação/amortização acumulada de ativos baixados	-	-	-	-	106.977	-	-	-	-	-	106.977
Em 31 de dezembro de 2020	(168.159.832)	(642.503)	(289.524)	(641.049)	(338.042)	(234.564)	(1.235.693)	(1.001.627)	(329.512)	-	(172.872.345)
Valor contábil											
Em 31 de dezembro de 2019	423.252.675	137.624	420.685	619.386	653.691	725.116	565.085	43.588.840	826.335	65.134.554	535.923.991
Em 31 de dezembro de 2020	446.310.407	34.406	358.181	641.308	478.958	640.682	389.467	63.591.020	2.064.188	94.270.471	608.779.089

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

7. Ativo imobilizado e intangível--Continuação

As adições de imobilizado contém a provisão para desmobilização de ativos, no montante de R\$18.176.526 (2019 - R\$979.565) na Controladora e R\$20.146.676 (2019 - R\$1.397.189) no Consolidado. O motivo desta adição maior em 2020 é que nos adequamos a política de demonstragem de ativos sugerido pelo CPC, bem como colocamos em nossas políticas internas que o custo total de demonstragem deverá ser reconhecido no momento em que é conhecido, e sua depreciação calculada e registrada conforme prazo estabelecido.

8. Arrendamentos

Os arrendamentos firmados pela entidade incluem, principalmente, terrenos arrendados e espaços em terraços de edifícios para a instalação de torres de comunicação para o setor de telefonia móvel, e espaços para instalação de estruturas e sistemas de antenas distribuídas indoor e outdoor para telecomunicações.

Informações sobre os arrendamentos para os quais o Grupo é arrendatária são apresentadas abaixo:

a) Ativo de direito de uso

	Controladora			
	2019	Novos contratos/ reajustes	Depreciação no exercício (resultado)	2020
Greenfield	180.248.331	28.235.315	(18.533.545)	189.950.070
Rooftop	76.260.502	11.330.282	(7.767.874)	79.822.910
Estruturas Indoor/Outdoor DAS	-	-	-	-
Small Cell	77.715	2.747	(13.865)	66.597
	256.586.547	39.568.344	(26.315.284)	269.839.577

	Consolidado			
	2019	Novos contratos/ reajustes	Depreciação no exercício (resultado)	2020
Greenfield	143.513.954	8.394.554	(13.725.676)	138.182.832
Rooftop	72.746.399	270.007	(6.648.017)	66.368.389
Estruturas Indoor/Outdoor DAS	46.103.689	17.801.690	(7.139.959)	56.765.420
Small Cell	77.715	2.747	(13.865)	66.597
	262.441.757	26.468.998	(27.527.518)	261.383.238

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

8. Arrendamentos--Continuação

b) Passivo de arrendamento

	Controladora				2020
	2019	Novos contratos/ reajustes	Juros apropriados no exercício (resultado)	Baixa por pagamento	
Greenfield	(188.985.066)	(28.235.315)	(25.506.863)	34.980.023	(207.747.221)
Rooftop	(79.850.930)	(11.330.282)	(10.702.632)	15.099.723	(86.784.121)
Estruturas Indoor/Outdoor DAS	-	-	-	-	-
Small Cell	(81.781)	(2.747)	(9.638)	20.440	(73.726)
	(268.917.776)	(39.568.344)	(36.219.134)	50.100.186	(294.605.067)

	Consolidado				2020
	2019	Novos contratos/ reajustes	Juros apropriados no exercício (resultado)	Baixa por pagamento	
Greenfield	(150.566.749)	(8.177.143)	(19.538.361)	26.525.304	(151.756.949)
Rooftop	(76.203.048)	(487.418)	(9.233.632)	13.389.651	(72.534.447)
Estruturas Indoor/Outdoor DAS	(48.138.498)	(17.801.690)	(7.185.520)	10.893.294	(62.232.415)
Small Cell	(81.781)	(2.747)	(47.758)	79.520	(52.766)
	(274.990.076)	(26.468.998)	(36.005.272)	50.887.770	(286.576.576)

Segregação entre circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2020

	Controladora				Total
	Greenfield	Rooftop	Estruturas indoor/outdoor DAS	Small Cell	
Circulante	(34.919.512)	(14.857.497)	-	(19.544)	(49.796.553)
Não circulante	(172.471.386)	(72.282.787)	-	(54.342)	(244.808.515)
	(207.390.898)	(87.140.284)	-	(73.886)	(294.605.067)

	Consolidado				Total
	Greenfield	Rooftop	Estruturas indoor/outdoor DAS	Small Cell	
Circulante	(26.519.261)	(13.209.900)	(11.927.859)	(152.060)	(51.809.080)
Não circulante	(124.890.436)	(59.680.710)	(49.619.561)	(576.789)	(234.767.496)
	(151.409.696)	(72.890.610)	(61.547.420)	(728.849)	(286.576.576)

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

8. Arrendamentos--Continuação

b) Passivo de arrendamento--Continuação

Cronograma de vencimento dos pagamentos de arrendamento brutos

	31/12/2020	
	Controladora	Consolidado
2021	53.269.708	55.414.918
2022	52.734.196	54.824.472
2023	52.237.010	53.916.611
2024	50.463.950	51.834.204
2025	49.404.573	50.552.544
2026 em diante	306.315.105	238.122.796
	<u>564.424.542</u>	<u>504.665.546</u>

Montante reconhecido no resultado

	31/12/2020	
	Controladora	Consolidado
Juros sobre passivos de arrendamento	(36.219.134)	(36.016.123)
Depreciação de ativo de direito de uso	(26.851.857)	(28.064.091)
	<u>(63.070.991)</u>	<u>(64.080.214)</u>

9. Investimento em empresa controlada direta e indireta

A participação societária no Grupo em controlada direta e/ou indireta, avaliada pelo método de equivalência patrimonial é demonstrada a seguir:

	Controladora 2020			Controladora 2019		
	Investimento	% de participação	Quantidade de quotas	Investimento	% de participação	Quantidade de quotas
Controlada direta						
Paraná Terras Ltda.	63.645.576	99,99%	4.999.999	39.741.253	99,99%	2.436.690
QMC DAS do Brasil C.I. Ltda.	135.368.711	99,99%	17.084.177	95.001.195	99,99%	3.084.178
	<u>199.014.287</u>			<u>134.742.448</u>		
Controlada indireta						
Quest Telecomunicações	-	99,84%	29.951.000	7.248.309	51,00%	100.000
	-			7.248.309		
Em 31 de dezembro	<u>199.014.287</u>			<u>141.990.757</u>		

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

9. Investimento em empresa controlada direta e indireta--Continuação

	Controladora	
	2020	2019
Em 1º de janeiro	141.990.757	16.120.618
Paraná Terras		
Aporte de capital	15.290.000	18.684.864
Equivalência patrimonial	8.614.323	4.935.771
QMC DAS		
Aporte de capital	43.248.309	91.796.691
Equivalência patrimonial	(2.880.793)	(2.074.449)
Aquisição de subsidiária (a)	-	5.278.953
QUEST		
Aporte de capital	(7.248.309)	7.248.309
Em 31 de dezembro	199.014.287	141.990.757

Os investimentos entre empresas referem-se a aportes de capital efetuados nos montantes acima.

(a) A Companhia passou a ser controladora da QMC DAS do Brasil C.I. Ltda, através de uma cessão de quotas de Capital Integralizado de R\$30.841.770, reconhecendo o patrimônio líquido da subsidiária em outubro de 2019 por R\$5.278.953, e a diferença como Impairment no resultado pelo montante de R\$25.562.817.

Seguem abaixo a demonstração das principais informações financeiras das controladas:

Controladas diretas	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Paraná Terras Ltda	66.998.366	8.381.420	58.616.945	5.403.413	45.285.227	7.361.694	37.923.533	3.118.052
QMC DAS do Brasil C.I. Ltda.	235.688.372	100.319.650	135.368.721	(2.880.793)	184.586.087	89.584.883	95.001.205	(10.670.639)
Quest Telecomunicações	11.127.547	5.277.689	5.849.858	(6.153.001)	6.040.379	2.086.520	3.953.859	(3.545.450)

10. Contas a pagar

Esta rubrica é composta por contas a pagar a Fornecedores recorrentes do Grupo referentes à construção das torres, à manutenção da Companhia e contas a pagar referente à Locação de Terrenos onde as Torres estão instaladas.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores a pagar	3.941.658	5.785.236	7.735.478	8.430.317
Proprietários de terrenos a pagar	4.810.999	4.165.236	5.706.739	4.732.784
Total de contas a pagar	8.752.657	9.950.471	13.442.217	13.163.100

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

10. Contas a pagar--Continuação

O Grupo arrenda diversos contratos de arrendamento operacional. Os termos do arrendamento são de um e cinco anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

11. Provisões e outras contas a pagar

Referentes à construção das torres, provisão de juros de debêntures com o Banco Itau e também à manutenção das atividades do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imobilizado em andamento	4.140.928	4.934.398	4.161.171	4.983.448
Despesas de empréstimo local	-	943.878	-	943.878
Manutenção de sites	296.822	256.277	340.457	419.212
Honorários de advogados	8.555	294.874	136.202	441.376
Honorários de serv. profissionais	28.299	681.744	100.213	1.702.829
Auditoria	390.904	-	390.904	-
Contingências	-	140.802	-	140.802
Taxas	299.551	-	299.551	-
Outras provisões diversas	1.109.159	505.977	2.351.470	789.229
	6.274.218	7.757.950	7.779.969	9.420.774

12. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações trabalhistas a pagar	-	-	-	22.673
Provisão para férias e encargos	2.155.648	1.862.871	3.478.241	2.595.514
Provisão para participação nos resultados	3.855.731	3.459.640	6.162.145	5.308.163
Total de provisões de pessoal	6.011.379	5.322.512	9.640.386	7.926.350

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

13. Impostos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações fiscais a recolher	-	-	865.504	204.428
Impostos retidos a recolher	419.210	350.936	677.955	540.612
Encargos trabalhistas a recolher	539.475	526.960	899.281	797.884
Total de impostos a pagar	958.685	877.896	2.442.741	1.542.924

14. Debêntures

Em 10 de outubro de 2019, a QMC Telecom se transformou em uma Sociedade Anônima, e assinamos um novo contrato para emissão de Debêntures com o Banco Itaú. O contrato tem por vigência 5 anos e taxa de juros de CDI + 2,8% a.a. Os recursos serão utilizados integral e exclusivamente para financiar a construção, aquisição ou melhoria de torres, aquisição de imóveis ou pagamento de compromissos corporativos gerais aprovados previamente pelo credor.

Desta maneira, quando analisado o saldo de 2019, observamos o valor total da emissão de Debêntures, que substituiu o antigo contrato de Financiamento.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Debêntures vencíveis a curto prazo	3.885.530	-	3.885.530	-
Juros a pagar sobre debêntures a curto prazo	15.093.966	-	15.093.966	-
Juros a transcorrer sobre debêntures a curto prazo	(15.093.966)	-	(15.093.966)	-
Total de empréstimos e debêntures a pagar a curto prazo	3.885.530	-	3.885.530	-

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Debêntures vencíveis a longo prazo	306.956.849	220.000.000	306.956.849	220.000.000
Juros a pagar sobre debêntures a longo prazo	48.594.811	-	48.594.811	-
Juros a transcorrer sobre debêntures a longo prazo	(48.594.811)	-	(48.594.811)	-
Total de empréstimos e debêntures a pagar a longo prazo	306.956.849	220.000.000	306.956.849	220.000.000

O pagamento do valor principal irá iniciar em 31 de dezembro de 2021, com pagamentos trimestrais, e o último pagamento deverá ocorrer até 25 de novembro de 2024.

A Companhia está em cumprimento com os requerimentos do contrato de emissão de debênture em 31 de dezembro de 2020 e até a data de autorização destas demonstrações financeiras.

A emissão das debêntures tem como garantia os ativos do Grupo.

As debêntures emitidas pela QMC são de esforços restritos de acordo com a Instrução 476 da CVM.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

15. Provisão para desmobilização

O Grupo reconhece o valor justo das obrigações para remover os seus ativos e devolver o local/terreno locado da mesma maneira em que estava quando do fechamento do contrato de locação. Geralmente, os custos associados à retirada dos ativos são capitalizados como parte do valor contábil do ativo e depreciado de acordo com sua vida útil estimada e a obrigação é acumulada até a data estimada da liquidação do passivo.

O Grupo atualizou suas premissas usando uma estimativa da obrigação da retirada de seus ativos, a fim de que estas fiquem alinhadas com a política do Grupo QMC, que resultou em um aumento líquido durante o ano finalizado em dezembro de 2020.. O valor justo estimado da obrigação de retirada dos ativos geralmente envolvem descontos nas estimativas de fluxo de caixa futuro... As premissas significativas utilizadas na estimativa das obrigações de retirada de ativos são: tempo de retirada da torre; custo de retirada da torre; tempo e número de renovações de terrenos alugados; expectativa de inflação; e taxas de juros sem risco que se aproximam da taxa de endividamento incremental do Grupo.

As alterações no valor contábil das obrigações para retirada de ativos do Grupo foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial - obrigação de retirada de ativos	6.790.520	5.332.170	8.119.797	6.218.807
Obrigações incorridas	772.365	545.175	1.170.367	976.517
Obrigações liquidadas	-	(19.638)	-	(19.638)
Despesas acumuladas	436.974	493.391	590.920	518.407
Revisão da estimativa	17.916.796	454.028	19.514.935	440.310
Resultado de torres desmontadas	-	(14.606)	-	(14.606)
Saldo final - obrigação de retirada de ativos	25.916.655	6.790.520	29.396.019	8.119.797

16. Partes relacionadas com empresas no exterior - passivo não circulante

A composição das partes relacionadas (NC) em 31 de dezembro era:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
QMC International Holding	5.653.518	3.348.364	6.937.000	4.202.172
QMC DAS LLC	-	-	4.652.093	2.958.812
QMC Telecom USA Corporation	409.049	-	751.877	-
QMC Telecom Brazil LP	20.433.260	32.027.451	26.772.232	38.284.105
QMC DAS Brazil LP	-	-	24.166.389	31.286.195
Total de Partes Relacionadas (NC)	26.495.827	35.375.815	63.279.591	76.731.283

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

16. Partes relacionadas com empresas no exterior - passivo não circulante-- Continuação

Tais empréstimos de Longo Prazo com a QMC Telecom Brazil LP e a QMC DAS Brazil LP possuem uma taxa de juros de 1,15% a.a, com vencimento em 15 de janeiro de 2023. Alguns empréstimos da QMC Telecom e QMC DAS com as empresas no exterior foram liquidados antecipadamente em dezembro de 2020, e seus juros foram pagos em janeiro de 2021.

Nenhum pagamento de juros foi ou será realizado até a data de vencimento ou pagamento de valor principal (o que ocorrer primeiro).

17. Partes relacionadas com empresas locais

A Companhia possuía um saldo de transações com 2 de seus investidores, ativamente relacionados com a operação local.

Tais transações não são caracterizadas como remuneração, visto que a mesma é efetuada pelos controladores e não há repasse de valores à Companhia.

Adicionalmente, também possuía transações entre as Empresas Paraná Terras Ltda, QMC DAS do Brasil C.I. Ltda. e Quest Telecomunicações Ltda., que no final do ano de 2019 passaram a ser controladas pela QMC Telecom do Brasil C.I.

As transações com partes relacionadas contemplam condições de mercado entre as partes e não possuem prazo de pagamento específicos.

Segue a demonstração da distribuição dos valores:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante				
Investidores pessoas físicas	118.271	-	118.271	-
Ativo não circulante				
Paraná Terras Ltda.	39.536	24.848	-	-
QMC DAS do Brasil C.I. Ltda	277.649	322.587	-	-
Quest Telecomunicações Ltda.	229.200	64.876	-	-
	546.385	412.311	-	-
Passivo circulante				
Investidores pessoas físicas	33.302	9.491	33.302	9.491

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

17. Partes relacionadas com empresas locais--Continuação

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria executiva do Grupo. A remuneração desses profissionais está apresentada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Benefícios de curto prazo - salários	1.727.901	1.650.669
Remuneração variável - bônus	554.205	538.986
Encargos sociais	437.364	417.304
	<u>2.719.470</u>	<u>2.606.959</u>

18. Capital Social

No ano de 2019 ocorreu uma integralização no valor de R\$30.840.000 de acordo com a 13ª Alteração do Contrato Social da QMC Telecom do Brasil C.I. Ltda, de 23 de Outubro de 2019, através da cessão e transferência de quotas realizada pela empresa QMC Telecom Brazil, L.P. para à QMC DAS Brazil, L.P., que ingressa assim na sociedade. Por sua vez, a QMC DAS Brazil, L.P. integralizou 2.570 quotas em bens, mediante a contribuição de 3.084.177 quotas que detém do capital social da QMC DAS do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda. na Companhia QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura Ltda., que passa então a deter 99,99% das quotas da QMC DAS do Brasil C.I. Ltda.

Em 31 de dezembro de 2019, o Capital Social da Companhia então era composto por 29.601 quotas, com valor nominal de R\$12.000 por ação. 91,312% das quotas são detidas pela QMC Telecom Brazil, L.P. e 8,682% das quotas detidas pela QMC DAS Brazil, L.P.

Em 2020, não houve alteração no Capital Social da QMC Telecom do Brasil C.I. S.A. Porém, com relação as suas empresas controladas, tivemos as seguintes alterações:

- (a) Paraná Terras: em 31 de dezembro de 2020 o Capital Social da Companhia era composto por 5.000.000 quotas, com valor nominal de R\$10,00 cada, que representa um aumento de R\$25.633.100,00 no capital da Companhia. 99,99% das quotas são detidas pela QMC Telecom do Brasil C.I. S.A.
- (b) QMC DAS do Brasil C.I. Ltda.: em 31 de dezembro de 2020 o Capital Social da Companhia era composto por 17.084.178 quotas, com valor nominal de R\$10,00 cada, que representa um aumento de R\$140.000.000,00 no capital da Companhia. 99,99% das quotas são detidas pela QMC Telecom do Brasil C.I. S.A.
- (c) Quest Telecomunicações do Brasil Ltda.: em 31 de dezembro de 2020 o Capital Social da Companhia era composto por 30.000.000 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada, que representa um aumento de R\$29.900.000,00 no capital da Companhia. 99,84% das quotas são detidas pela QMC DAS do Brasil C.I. Ltda.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro 2020

(Em reais - R\$)

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de locação de torres, <i>rooftops</i> , <i>Small Cells</i> e DAS	136.269.844	120.407.021	179.417.311	126.053.002
Impostos sobre receita de locação	(12.604.942)	(11.137.656)	(16.596.555)	(11.674.919)
Receita líquida	123.664.902	109.269.365	162.820.757	114.378.083

20. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo direto - reparos e manutenção das Torres/DAS	3.634.015	3.598.033	3.828.432	3.644.350
Custo direto - energia elétrica das torres	1.067.554	2.040.450	2.845.938	2.270.568
Custo direto - outros	337.120	11.528	480.868	74.570
Despesas com pessoal	16.643.164	15.327.872	31.324.642	17.575.251
Despesas de escritório	1.417.394	1.784.202	1.983.356	1.934.124
Despesas de viagens	341.675	1.119.724	627.489	1.349.037
Despesas com honorários profissionais	4.422.572	7.448.442	6.250.631	9.343.010
Despesas com impostos e taxas	562.171	956.577	580.909	968.065
Despesas com depreciação	682.840	567.427	892.370	635.484
Outras despesas	2.321.852	1.167.775	2.869.116	1.131.201
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	31.430.357	34.022.030	51.683.752	38.925.660

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo da operação	5.272.678	5.332.187	7.426.851	5.599.160
Despesas gerais e administrativas	26.157.680	28.689.843	44.256.900	33.326.501
	31.430.357	34.022.030	51.683.752	38.925.660

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

21. Imposto de renda e contribuição social

- (a) Demonstração do cálculo dos créditos tributários (encargos) com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social - das operações continuadas	(19.413.482)	(45.275.282)	(18.678.582)	(45.080.947)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	6.600.584	15.393.596	6.350.718	15.327.522
Reconciliação para a alíquota efetiva				
Efeito de resultado de equivalência patrimonial	1.949.400	972.849	-	-
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não constituído	(880.186)	(2.324.980)	(3.051.731)	(2.432.311)
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido			3.533.875	1.675.291
Outras	(7.669.799)	(14.041.465)	(9.786.060)	(15.174.113)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.953.198)	(603.611)
Corrente	-	-	2.953.198	603.611
Diferido	-	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

- (b) Em 31 de dezembro de 2019, a Controladora possuía prejuízos fiscais acumulados no valor de R\$35.954.326, e em 31 de dezembro de 2020, R\$38.299.878, que poderão ser utilizados com lucros tributáveis futuros limitados anualmente a 30% desses lucros. A Companhia não constituiu imposto diferido.

O valor de R\$7.669.799 na Controladora em 2020 refere-se basicamente a uma exclusão no cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social devido a adoção do CPC 06 R2 Arrendamentos e resultado da provisão da desmontagem de ativos (ARO).

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

22. Contingências

Em dezembro de 2019, o Grupo possuía contingências passivas em andamento, cujas avaliações por seus assessores jurídicos foram consideradas de risco provável e registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no montante total de R\$140.802.

Essas provisões foram revertidas durante o ano de 2020, uma por perda e a despesa foi então reconhecida e provisão revertida, e a outra por ganho de causa pela QMC.

Em dezembro de 2020 o Grupo não possuía nenhuma contingência passiva em andamento classificada por seus assessores jurídicos como de risco provável. E, por isso, nenhum valor foi provisionado.

Outras contingências cíveis foram avaliadas como possíveis em dezembro de 2020, e eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 936.581. Em 2019, este montante era de R\$911.527. Nestes casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

23. Resultado financeiro

As despesas financeiras são substancialmente compostas pelos juros das debêntures e de arrendamento mercantil.

As receitas financeiras são decorrentes de uma aplicação dos recursos obtidos deste empréstimo.

O detalhamento das despesas financeiras segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros de empréstimos e debêntures locais	19.289.181	13.188.435	19.289.181	14.339.618
Juros de empréstimos <i>intercompany</i>	421.269	421.269	915.348	572.402
Juros de arrendamento mercantil	35.666.956	32.483.616	35.033.724	28.595.390
Outros	1.927.751	663.095	3.723.742	659.956
	57.305.157	46.756.414	58.961.995	44.167.364

Os juros de arrendamento mercantil se apresentam líquidas da recuperação de PIS e COFINS.

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

24. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora	
	Ativos ao custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	12.680.568	12.680.568
Caixa e equivalentes de caixa	15.779.519	15.779.519
	28.460.086	28.460.086
31 de dezembro de 2020		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	15.747.657	15.747.657
Caixa e equivalentes de caixa	34.385.892	34.385.892
	50.133.549	50.133.549
	Consolidado	
	Ativos ao custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	17.162.818	17.162.818
Caixa e equivalentes de caixa	28.311.175	28.311.175
	45.473.993	45.473.993
31 de dezembro de 2020		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	23.620.681	23.620.681
Caixa e equivalentes de caixa	36.355.288	36.355.288
	59.975.970	59.975.970
	Controladora	
	Passivos ao custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	255.375.815	255.375.815
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	16.150.879	16.150.879
	271.526.694	271.526.694
31 de dezembro de 2020		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	337.338.206	337.338.206
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	15.722.722	15.722.722
	353.060.928	353.060.928

QMC Telecom do Brasil Cessão de Infraestrutura S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro 2020
(Em reais - R\$)

24. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	Consolidado	
	Passivos ao custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	296.731.283	296.731.283
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	22.632.375	22.632.375
	<u>319.363.658</u>	<u>319.363.658</u>
31 de dezembro de 2020		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	374.121.970	374.121.970
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	25.525.344	25.525.344
	<u>399.647.315</u>	<u>399.647.315</u>

25. Eventos subsequentes

Nenhum evento subsequente material para ser relatado neste momento, além dos impactos já relatados na nota explicativa 1 sobre os impactos não materiais do Coronavírus (COVID-19).
